

A BAZUCA E A POMBA-ROLA

Gustavo Dahl

Dois bilhões e meio de dólares consta ser em cifras graúdas o dinheiro que a indústria cinematográfica americana e seus satélites multinacionais arrebanham da rede mundial de cinemas, televisões e outros meios menos votados. No Brasil, segundo as estatísticas da Embrafilme referentes ao ano de 1978, foram arrecadados 30 milhões de dólares pelos filmes estrangeiros e 13 milhões pelos brasileiros, um universo econômico de 43 milhões de dólares anuais para a atividade de exibição cinematográfica, de onde deve se remunerar também a produção e a comercialização. Ou seja, num contexto mundial nosso cinema ocupa a relação entre treze míseros milhões de dólares, levantados no um terço do seu próprio mercado garantido por força de lei e os dois bilhões e meio que o seu principal concorrente recebe pelo mundo afora. Sem acesso ao mercado internacional, marginalizado pela televisão de seu próprio país e entregue à livre competição cristã e ocidental na sua pequena fatia de mercado compulsório, o cinema brasileiro caminha a passos largos para sua extinção. Haja David para tanto Golias.

O que não se entende é porque tem tanta gente apressada a empurrá-lo pela ladeira abaixo. Do pitoresco Senador Dirceu Cardoso à algumas expressivas figuras da República, oficiais ou oficiosas, de Jack Valenti, presidente da Motion Pictures Association, fulgurante dragão da maldade dos vários cinemas nacionais (e seu fiel escudeiro local, o influente e bem relacionado Harry Stone) até uma obscura mãe-de-família goiana ou mineira, que privilegiada correspondente de nosso Ministro da Justiça se manifesta contra a licenciosidade da pornochanchada, imputando sua existência à Embrafilme e assimilando a chulice ao conjunto da produção mais séria, todos, literalmente todos são unânimes: mate-se o aleijadinho. A exemplo do já acontecido em outros países, Venezuela, França, Tunísia, correndo solto, há já algum tempo, um movimento articulado extremamente violento que pela desmoralização pública da imagem do cinema brasileiro ou por acusações pessoais a seus quadros políticos e realizado por res mais significativos, tenta simplesmente jogar todo mundo no mar. Como queria fazer o Brigadeiro Burnier com seus desafetos, em nome, como sempre, da salvação da pátria. Hoje somos pornográficos, como já havíamos sido corruptos ou subversivos, poluindo as águas claras do riacho em que o lobo mata sua sede ...

O Governo, que administra o país através da coleção de recortes do Lux-Jornal, se sensibiliza e corta as verbas destinadas à atividade, identificando nela um poderoso potencial inflacionário. Engraçado é que ainda ninguém se preocupou em medir quanto gastamos

ao pagar a publicidade dos "shampoos" e cigarros que nos são impingidos ... E que a Embrafilme, modesta empresa de economia mista do Ministério de Educação e Cultura termine ocupando mais espaço nos jornais do que a Eletrobrás, a Sunamam, a Sudepe e outras. Com a espoliação da renda de dezenas de milhões de brasileiros (não é Ministro Delfim?), com a fome absoluta dela decorrente (não é Professor Gudin?), com a miséria de nossa saúde (não é Ministro Arcoverde?), com a nossa deseducação de vários níveis (não é Ministro Portella?) ou mesmo com o tiro na cara das infelizes esposas de Belo Horizonte e as infalíveis absolvições (não é Ministro Abi-Ackel?) ninguém se escandaliza. Mas a metafórica vagina delicadamente aberta na melancia que ilustra o cartaz de Contos Eróticos a todos escandaliza. A bem-humorada perversão vegetal transposta para a tela pelo apolíneo Joaquim Pedro de Andrade tem um potencial corrosivo muito maior que o coito anal estimulado não só pelos cartazes de nossas pornochanchadas mas também pelas revistas de sexo e publicidade em geral. E ameaça a moralidade pública, a Embrafilme, o Governo, autoridades civis e militares. Ora bolas, até o senador sem partido que entrou por acaso no cinema Leblon para ver Noite das Taras há de convir que é demais. Estão querendo caçar pomba-rola com bazuca, para que não sobre nem pena.

Ha, ha, ha! rirá o leitor, à maneira do informado jornalista Helio Fernandes, que de tempos a esta parte incluiu o cinema brasileiro entre as suas obsessões, lá vem de novo os rapazes cineastas com a sua paranoia, perseguidos e megalômanos, imaginando uma conspiração mundial da CIA, devidamente acobertada pela KGB para aniquilar este fenômeno, socialmente irrelevante, economicamente decadente, chamado cinema brasileiro. Só que Paulo Emilio - mestre entre mestres - num texto magistral entitulado "Nota Aguda", introduzindo um estudo sobre a obra do nosso mouro profeta Glauber Rocha (que tão galhardamente acaba de enfrentar os mercadores venezianos) colocava a hipótese abissal e aterradora: "Tudo o que durante anos ele inventou sobre a CIA poderia ser verdade". Não se trata de welllesianamente imaginar um complô contra o cinema brasileiro conduzido pelo bigodudo Harry Stone a golpes de projeções especiais, uisques e salgadinhos (o lobby mais barato do mundo !) para a fina flor de nossa sociedade ou de algumas sessões mais exclusivas para ministros, chefes militares e suas famílias, promovidas em Brasília. Nem mesmo de conferir aos nossos tradicionais chefões da exibição do Rio e de São Paulo, verdadeiros responsáveis pelo derrame de pornografia audio-visual nas telas do país, uma ativa cumplicidade com os distribuidores estrangeiros dos quais depende economicamente o seu comércio. Ou ainda de atribuir a uma máfia in

ternacional das comunicações, devidamente acolitada pelos capatazes das estações privadas, a intenção de manter para si o mercado de filmes para a televisão no Brasil. E por fim - e não menos por isso - de fantasiar uma paradoxal cobertura da esquerda tradicional a este estado de coisas, cêlere que é a identificar desvios anarco-formais-elitistas ou co-optações corrupto-governistas na atividade de animação cultural desempenhada pelos filmes e pela atuação intelectual dos diretores brasileiros. Trata-se, isto sim, de reconhecer o direito que tem as nações hegemônicas a defenderem os seus interesses all over the world, como diria Roosevelt a Stalin, ou vice-versa, em Ialta. Afinal de contas não se é hegemônico à toa.

Aliás, foi o próprio Roosevelt que em pleno New Deal, ao promulgar uma legislação de proteção fiscal para investimentos na indústria cinematográfica americana, formulou límpidamente a questão: "Depois de nossos filmes, irão nossos produtos". Cabe evocar a respeito uma pequena fábula colonial, referida outro dia por ilustre senador oposicionista a um grupo de cineastas que procuravam seu conselho experiente. Em estando o nosso político ocupando cargo de governo, tivera que negociar com uma grande instituição de crédito mundial um empréstimo, fundamentalmente constituído de recursos norte-americanos, destinado a compra de equipamentos para centrais elétricas de grande porte. Com o acordo prestes a ser assinado, vem os emprestadores fazer uma última exigência: vinte por cento do equipamento a ser comprado pelo empréstimo teria que ser de fabricação nacional deles. O Senador, por sua vez, atento à produtividade dos recursos, já encomendara o equipamento a ser comprado de países que o fabricavam mais em conta e portanto relutava em aceitar esta condição, que comprometia a viabilidade econômica do projeto. Mas era pressionado por seus assessores a aceitar as exigências feitas, sob pena de uma recusa fazer ruir por terra o conjunto do empréstimo. Entre a dupla pressão, eis senão que alguém tem uma idéia exótica: incluir como fator de barganha a entrada de filmes estrangeiros no Brasil. Sem muita fé assim foi feito e espantosamente quarenta e oito horas depois as condições conflitivas eram levantadas e o acordo assinado para gaudio de todos e felicidade geral da nação. Outros escalões habituados a negociar acordos e tarifas internacionais narram histórias semelhantes. É ao ouvi-las que os fanáticos devotos que carregam a missão mística de dar ao país filmes que falem a sua língua e mostrem o seu rosto, redescobrem a importância de uma atividade na qual só eles mesmos acreditam.

Nos melhores cinemas do Rio e de São Paulo a entrada para a fina flor da produção cinematográfica mundial custa no máximo dois dólares. Em Paris, numa salinha de arte em que o bilhetei

ro faz também de projecionista e a cópia é ruim, a mesma entrada custa quatro dólares. Em Nova Iorque ela pode valer oito dólares, ou mais. Enquanto tudo no Brasil sobe de preço, enquanto o lazer é vendido a preços equivalentes aos preços mundiais, estranhamente aqui os ingressos continuam baixos, sem que os sucessivos aumentos de custos de produção ou manutenção das salas sejam repassados ao público. E com isto a atividade de exibição, a sobrevivência do medium propriamente dito, se torna inviável e faz com aquela de produção cinematográfica, naturalmente arriscada, seja incapaz de remunerar-se com a fatia do magro mercado que lhe cabe. O mesmo filme que na França se pagaria com quatrocentos mil espectadores ou com oitocentos mil na Argentina, necessita de três milhões de ingressos para se equilibrar no Brasil. Como só cinco ou seis filmes brasileiros atingem este teto por ano, já se vê que a produção cinematográfica nacional, excetuada aquela sub-industrial que atende as necessidades de nosso porno-público, vai depender exclusivamente do incentivo e do subsídio governamental, tão sensível por sua vez a pressões endógenas e exógenas. Consequentemente o mercado brasileiro, apesar de virtualmente aumentar pelo crescimento vegetativo da população, pela composição de nossa pirâmide demográfica, extremamente larga naquela faixa de quatorze a vinte e quatro anos que constitui o público de cinema por excelência, que cresce por efeito da legislação de proteção que procura resolver o problema através do aumento de dias de exibição compulsória, apesar de tudo isto, ele objetivamente define a partir do fechamento lento, gradual e seguro das salas de cinema. Ou seja, mesmo se os interesses em jogo justificam manobras de imprensa e de governo, embaixadores não-oficiais, pressões contra a legislação de reserva de mercado, os preços do ingresso cinematográfico, de que saudavelmente deveria viver a cinematografia brasileira, são mantidos suficientemente baixos para que ela, uma das últimas ilhas de criatividade em nível mundial, não possa viver autonomamente, de seu público e das platéias estrangeiras mais identificadas com ele, latino-americanas ou africanas. Em economia o nome é dumping e tecnicamente é crime.

O esforço de constituir um cinema brasileiro, vanguarda cultural e estética de um processo de colocação dos meios audiovisuais a serviço do desenvolvimento do país, é indissociável de uma perspectiva de defesa dos interesses nacionais, da mesma maneira que a política energética, nuclear ou não, ou a de fretes marítimos. Não se trata de desfraldar o esfarrapado e ridículo pavilhão do anti-imperialismo. Nem mesmo aquele mais moderno do controle internacional exercido pelos países ricos sobre as comunicações sociais, incluindo jornais, rádios, televisões, agências de notícias, edições de livros e revistas e ... cinemas. Se a

nação não entender que no campo das comunicações se joga a possibilidade de motivar a população a enfrentar pelo trabalho os graves problemas que nos assolam, se não for cobrada dos meios audiovisuais já existentes a sua parte na dívida social do país bem como uma perspectiva futura, se não se acreditar nos frutos da circulação acelerada e democrática da linguagem audio-visual brasileira como fator de progresso, vamos morrer pastando.

Antes disso, porém, cabe colocar a mesma pergunta que vem sendo feita a respeito dos últimos atentados a bomba que, é voz corrente, visam deter a abertura. Cui prodest, a quem aproveita isto tudo? Como diria aliás o detetive Hercule Poirot, recentemente citado pelo Ministro Golbery, notável pioneiro da sistematização da atividade de informações no país.

Gustavo Dahl, diretor de O Bravo Guerreiro e Uirá, ensaista cinematográfico.

cinemateca
brasileira